

RESENHA DO LIVRO “O ACASO E O DESENCONTRO: DAS MANIFESTEÇÕES DE 2013 AO GOLPE DE 2016”, DE MARCUS GIRALDES

**Bruno Henrique de Souza Nunes¹
Matheus Guimarães²**

1. INTRODUÇÃO

O Surrealismo, além de sua vertente que acreditava no inconsciente humano no cotidiano, possuía uma vertente política, expressada no Segundo Manifesto Surrealista de André Breton. Alguns artistas não estavam envolvidos com tais ideais políticos, ocasionando assim uma divergência no grupo. No entanto, a parcela dos artistas que eram favoráveis a essa vertente política lutava principalmente contra a burguesia e seus ideais. Acreditavam que a burguesia era uma instituição extremamente controladora, e por esse motivo impediria a concretização dos ideais surrealistas. Muitas pessoas chegavam a dizer que o movimento tinha ideais comunistas, o que não era verdade, por mais que muitos integrantes, devido a esse confronto com a burguesia, fossem de esquerda.

E foi analisando o jogo político, em todas as instâncias de poder, do Legislativo ao Judiciário, que Marcus Giralde, escreveu sua mais recente obra "O acaso e o desencontro, das manifestações de 2013 ao golpe de 2016". Mostrando que não há uma data que determine o fim do Surrealismo, pois influencia até os dias atuais.

Protestos se expandiram por grandes estados em junho de 2013, como Rio de Janeiro e São Paulo. Tendo como motivo inicial a insatisfação com a proposta do governo em aumentar a tarifa do transporte público. Grande parte da população, em sua maioria jovens, apoiaram as manifestações e saíram às ruas. Ato semelhante começaram a surgir todo o Brasil, abrangendo também problemas com a corrupção, melhorias no transporte público e também os grandes gastos com eventos esportivos.

O autor explica como as manifestações de 2013, serviram de base para o afastamento da presidenta. Cerca de 9 meses depois, em 22 de março de 2014, surge uma manifestação na qual

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

ninguém acreditava e que seria o início do processo que derrubou Dilma Rousseff dois anos depois, em abril de 2016.

E aponta quais atitudes a esquerda deve tomar após a conclusão do processo de afastamento. Deve-se reinventar-se, produzir uma reflexão sobre a sociedade e seus conflitos.

Citando Hegel, Marx escreveu que os acontecimentos históricos se repetem. Isso se aplica perfeitamente ao Brasil. O golpe de Estado civil-militar de abril de 1964, uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, em que se vê derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de supostas irregularidades econômicas.

2. AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E O GOLPE PARLAMENTAR-JUDICIÁRIO DE 2016

Para o autor, as jornadas de junho de 2013, foram marcadas por uma “grande contradição por ser um evento de potencialidades emancipatórias, sobre um forte senso comum conservador” (GIRALDES, 2017, p.37). Isto é, as manifestações eram caracterizadas por serem movimentos espontâneos, sem uma reivindicação clara concreta. Pois embora tenham começado em decorrência do aumento das passagens (principalmente dos ônibus municipais em diversos municípios do país), tão logo as ruas foram tomadas por uma indignação geral que transformou-se em inúmeras outras pautas mais abrangentes, como: uma reação às violências institucionais do estado (sobretudo a praticada pela força policial), reivindicação por melhorias nos serviços de saúde e educação e contra a corrupção. Assim como havia de tudo, inclusive pensamentos mais reacionários, como a aversão aos símbolos historicamente relacionados à luta social como bandeiras vermelhas e até mesmo um antissindicalismo e antipartidarismo.

Junho de 2013 demonstrou o início dos limites de um governo de conciliação de classes. Que nos últimos dez anos de gestão anteriores às manifestações, houve um significativo avanço em direitos sociais, sem dúvidas, responsáveis por inúmeros programas sociais, de combate à fome, acesso a crédito de financiamento de imóveis e uma política de valorização do salário mínimo, que de maneira geral, possibilitou um aumento da capacidade de consumo da

população. No entanto, as manifestações tornaram claro que embora avanços tenham sido possíveis, foram às custas de um projeto de cidade, como adjetiva a obra: “de administração caótica”, voltada aos interesses do capital.

Mesmo que as reivindicações tenham sido consideradas difusas e abstratas, dizem respeito diretamente ao cotidiano das pessoas e estão interligadas. Reivindicar um transporte público de qualidade (e público de verdade, sem tarifas como um dos principais movimentos que foram às ruas em 2013: MPL – Movimento Passe Livre), diz respeito a questionar diretamente a lógica de produção do espaço público empregada pelo capital. De um espaço cada vez mais individual e restrito. E influencia diretamente em diversas outras situações cotidianas, tal como o salário, a saúde, o bem-estar psicossocial. Assim como, a denúncia dos casos de violência policial demonstram a face opressora e classista do Estado, evidenciando quem mais sofre as consequências da atual política de segurança pública e, por fim, o debate do combate à corrupção passa tanto por todas as outras reivindicações. Como, por exemplo, muitas vezes, o fato de estar faltando dinheiro para investir no transporte público não ser aleatório, mas oriundo de escolhas de gestão, escolhas estas, muitas vezes diretamente relacionadas à permissão por parte do Poder Executivo conceder o aumento das passagens, para receber em contrapartida uma parte deste aumento, como pôde-se perceberem processos recentes à respeito do Estado do RJ³. Práticas assim são inerentes à forma do capitalismo se organizar e utilizar o aparato do Estado para se beneficiar. A distânciado povo com os assuntos do Estado, tal como pode-se observar hoje não é a crise dos regimes representativos liberais, mas a sua plena realização. O processo de financeirização globalizada do capitalismo retira decisões econômicas e políticas que são fundamentais à vida das pessoas e as transferem para “o mercado”. Sendo assim, essas reivindicações aparentemente difusas, podem ser reunidas sobre a característica geral de reivindicar o acesso aos bens comuns.

Entre os que o autor denomina “esquerda colonizada pelo capital”, isto é, o campo político governista, popularizou-se a crítica a essa difusão das reivindicações e a suposta “direção ideológica da direita midiática”, o que conforme o próprio Giraldes, não condiz com o fato de ter ocorrido uma primavera grevista no país no mesmo ano, segundo o DIESSE, sendo 2013 o ano com o maior registro de toda a história do órgão.

³<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,picciani-recebeu-r-49-milhoes-de-empresarios-de-onibus-diz-denuncia-do-mpf,70002111709>

De fato, houve uma tentativa da mídia pautar as reivindicações das manifestações. No entanto, é necessário dissociar a atuação da mídia nas jornadas de junho e as manifestações posteriores, como expõe Marcus Giraldes. Num primeiro momento, houve uma tentativa de pautar as manifestações; em parte frustrada, pois embora a mídia tenha direcionado a pauta para um debate abstrato sobre a corrupção, ainda assim as manifestações foram capazes de pautar também outras indignações, por exemplo, mostrando-se avessas a atuação da grande mídia, como bem lembra o documentário “Sob 20 centavos”, num dos atos, em que manifestantes marcharam em direção à sede da Rede Globo em São Paulo;. Sem obter êxito ao tentar pautar as manifestações, a grande mídia passa a legitimar a violência do estado e construir a imagem de um inimigo comum a ser combatido, a fim de restaurar a ordem pública; Essa reação violenta do Estado compõe um dos principais fatores para o esvaziamento das ruas após as jornadas de junho. Aproveitando esse vácuo então deixado pelas manifestações de 2013, decidem criar suas próprias manifestações com o domínio do discurso empregado. Ou seja, as manifestações de março/2015, na perspectiva do autor, surge como ocupação de um vácuo deixado nas ruas após junho de 2013, e não como algo surgido do bojo das jornadas de junho.

As jornadas de junho enquanto movimento espontâneo, realmente, não foi capaz de se transformarem um movimento orgânico de transformação social. Cabe então como possível legado, a memória a ser construída que, abarque as contradições sociais que estiveram em jogo e as lições para as lutas políticas agora: as manifestações espontâneas, embora importante, não são suficientes para instituir mudanças sociais profundas; e a centralidade das presenças políticas nas ruas. No entanto, ao criticar a incapacidade das manifestações de junho não terem conseguido deixar um legado de transformação social profunda, esquece que foi fundamental para criar as condições políticas de um movimento de reconstrução da esquerda: 1- revigorando o movimento estudantil; 2- criando novos movimentos sociais de massas (sobretudo coletivos de juventudes associados ou não a partidos políticos); 3- renovando em termos estratégicos de linguagem as mobilizações seguintes (amanhecer contra a redução, ocupações estudantis - que embora não tenham sido diretamente ocasionadas pelas jornadas de junho, são resultado de um crescimento do movimento estudantil nos 3 anos subsequentes e que tem por característica também o surgimento espontâneo), demonstrando a capacidade de mobilização potencial das redes sociais, muito é claro influenciado não só pelo desenvolvimento tecnológico característico do mundo globalizado, como também pelo contexto social e político internacional, como as manifestações do “occupy wall street” e a “primavera árabe”, que demonstraram a capacidade das redes sociais

não só de permitir em uma rápida mobilização, organização e difusão das informações necessárias para organizar a manifestação, como proporcionaram também ferramentas para uma possível disputa de narrativa frente à mídia hegemônica corporativa. Tal como os coletivos de midiativismo surgidos em 2013 foram capazes de evidenciar inúmeros cortes e modificações de imagens realizadas por grandes corporações como a Rede Globo no intuito de manipular a opinião pública e permitir assim, pela primeira vez, uma cobertura popular com a narrativa dos próprios manifestantes sobre os fatos ocorridos, através de mecanismos de comunicação de massas; 4- A construção de frentes amplas de esquerda como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, que assim como as ocupações estudantis de 2016, embora não tenham sido ocasionadas pelas jornadas de junho de 2013 – e sim pelo avanço das ofensivas da direita (impeachment da presidenta em 2016, uma prisão midiática e com vícios processuais do ex-presidente Lula e do crescimento do discurso de ódio, entre outros fatos políticos)-, só tornaram-se possíveis devido ao crescimento de organizações políticas de esquerda (seja com o crescimento de partidos de esquerda ou o crescimento de coletivos e movimentos sociais como já fora mencionado).

Havia outro movimento no contexto político do Brasil a partir de 2013, como propõe André Singer e concorda Giraldes. Desde 2011 há um redirecionamento do governo, através de um “maiorativismo estatal” na economia, sobretudo através de três políticas do novo governo: 1) aumento da pressão nos bancos privados para que reduzissem a margem de juros; 2) revisão de contratos com empresas concessionárias de serviço público para redução de preços; 3) Aumento do controle de capitais por meio de mecanismo regulatórios e tributários (GIRALDES, 2017). Estas mudanças, provocaram uma oposição de porções do grande capital brasileiro, sobretudo dos setores financeiro e industrial. Desde 2013 surge então uma formação da “Frente única Burguesa Antidesenvolvimentista”, que embora seja a parte às manifestações de junho de 2013, começa a utilizar o espaço público (como a participação da FIESP) nas últimas manifestações das jornadas de junho, como aponta uma representante do MPL – Movimento Passe Livre, no já citado documentário “Sob 20 centavos”. Tal movimento tem por objetivo: 1) Descartar a esquerda conciliadora de classes, pois embora esta tenha sido cooptada pelo capital, ainda guarda resquícios de esquerda; 2) Isolar qualquer pensamento de esquerda na sociedade; 3) Promover mudanças no ordenamento jurídico visando a acumulação de capital. O que culminou na desestabilização do governo, através de atitudes que promovessem a ingovernabilidade na câmara de deputados, com os deputados que faziam parte da oposição – e com a participação do

novo presidente da câmara: Eduardo Cunha-, atravancando qualquer atitude do governo; a empreitada midiática contra as atitudes da presidenta e a mudança na decisão jurisprudencial do TCU que passou a não autorizar medidas já realizadas por governos anteriores, que possibilitaram a reprovação das contas do governo. Esse cenário favoreceu assim a crise política do golpe que resultou na substituição da presidenta.

Embora a destituição da presidenta da república tenha sido realizada segundo os trâmites burocráticos previstos pela norma constitucional vigente, foi completamente dispensado o conteúdo jurídico que autoriza o Impeachment: o crime de responsabilidade fiscal, não demonstrado em nenhuma fase processual, inclusive nos próprios pareceres da Polícia Federal e a própria mudança de jurisprudência do TCU que veio a proibir a pedalada fiscal, e após a substituição da presidenta pelo Vice, a pedalada fiscal tornou a ser autorizada, desta vez em força de lei.⁴ A princípio, sob argumento de retomada da ordem pública, mas logo substituído pelo discurso de recuperação do Estado, diminuição dos impostos e, posterior, combate à corrupção. Embora o movimento nunca tenha sido realmente preocupado com o combate à corrupção e sim com alteração material e formal da Constituição para a retirada de direitos e crescimento do lucro da burguesia no contexto de crise global do capitalismo.

3. A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESCÂNDALO, SURREALISMO E A FORMA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Os surrealistas acreditavam na utilização do espanto como forma de protesto cultural contra a moral hegemônica, uma vez que o espanto é capaz de ser “um pontapé” para o início do questionamento filosófico.

“Também o salutar impulso para *épater le bourgeois*⁵ já não alcança o seu objetivo, visto que o burguês tradicional já não existe e nenhuma “obscenidade” ou loucura pode chocar numa sociedade que fez da pornografia um negócio florescente e institucionalizou a loucura em sua política e economia.”

(Marcuse, 1973, p36)

O fim do escândalo tem por objetivo o crescimento da indústria cultural e do processo de mercantilização dos símbolos. As formas de manifestação estornam-se também bens consumíveis. Dessa forma, passam a operar também na lógica de produção do capital, que impõe

⁴www.jb.com.br/pais/noticias/2016/09/02/apos-impeachment-senado-transforma-pedaladas-fiscais-em-lei/

⁵Impressionar o burguês

ciclos de reprodução, sobrepondo escândalo sob escândalo e pautando o que pode ou não ser escandalizado. Ocasionalmente a banalização da informação, sem reflexão, ao construir um consumidor passivo, incapaz de refletir diante de tanta informação.

Sucessores do pensamento surrealista, encontra-se o movimento teórico e político designado Internacional Situacionista, o qual defendia uma unificação da teoria marxista de crítica social e prática anarquista de ação política. Dentre as principais contribuições do movimento situacionista, figura-se a contribuição a teoria-valor-trabalho de Marx sobretudo relacionada à concepção de “sociedade do espetáculo” elaborada por Debord. A crítica à sociedade do espetáculo não se limita à crítica da cultura e dos meios de comunicação de massa, mas estende-se a uma compreensão de que a própria noção de espetáculo é inerente à organização de produção capitalista que transforma também a própria imagem em mercadoria, facilitando à alienação. Nas palavras de Marcus Giraldes (2017, pp117):

“O mundo das mercadorias é um mundo de aparências, onde as relações entre as pessoas são mediadas pelas coisas e pelas imagens fantasmagóricas das coisas. O desenvolvimento e universalização da produção e circulação capitalista de mercadorias é o desenvolvimento e universalização do próprio fetichismo da mercadoria enquanto domínio social das aparências. Numa sociedade dominada pelas mercadorias e pelo dinheiro (a mercadoria dominante e o fetiche dominante), é a própria realidade social que está fetichizada, com o conteúdo social (trabalho) do produto humano ficando oculto e a troca vigente se dando entre não equivalentes ou por equivalentes aparentes ou imaginários.”

4. CONCLUSÃO

Por todos esses aspectos, é imprescindível que todos se conscientizem de que, esse foi o momento em que vivemos talvez não uma revolução, mas o que aconteceu em junho de 2013 ainda não acabou. Foi um movimento de massas, reivindicatório, em que as pessoas foram para as ruas sem saber quem podia dar o que elas queriam. É preciso que se entenda, portanto, esse momento da história do país como importante, elas pegaram de surpresa todos os campos políticos. As manifestações, demonstraram os limites de um governo neodesenvolvimentista e surgimento de um movimento “antineodesenvolvimentista” que está crescendo no Brasil. Serviram para evidenciar a internet como elemento importante de promoção da cidadania e da participação política, tendo em vista que grande parte das mobilizações foram iniciadas e impulsionadas pelas redes sociais. De 2013 para cá, a sociedade ganhou familiaridade com

formas de protestos. Até então, grande parte da população nunca havia se manifestado e não entendiam as diferenças entre esquerda e direita. Houve uma conscientização política, vimos tanto consequências boas como ruins desse despertar geral pra política. O que começou como ato pela redução da tarifa do transporte coletivo, tornou-se reivindicações maiores que demonstraram de maneira geral, uma aversão a ordem política estabelecida e reivindicaram para si a capacidade de decidir e ter acesso à coisa pública. Resta-nos a necessidade de relembrar os fatos das jornadas de manifestações populares em junho de 2013 e o processo de reação do capital que culminou com o golpe que aprofundou a crise política do Estado em 2016. E aprender que, embora as manifestações espontâneas sejam de suma importância para um processo revolucionário, não são suficientes para ocasionar uma transformação social profunda e para tal, é necessário uma reorganização da esquerda, que seja suficiente para produzir um movimento de massas orgânico, que seja capaz de articular mais incisivamente as reivindicações populares e reverter os retrocessos de direitos realizado durante a investida dos interesses da burguesia na história recente do país.

5. BIBLIOGRAFIA

GIRALDES, Marcus. **O acaso e o desencontro: das manifestações de 2013 ao golpe de 2016.** 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Sob vinte centavos. Direção: Gustavo Canzian e Marco Guasti. Duração 45 min. 2013. Distribuição: Canal Brasil, exibidoem: 3/5

Rio emchamas. Direção: Aude Chevalier-Beaumel. Duração 110 min, 2014. Distribuição: Canal Brasil, exibidoem: 3/5

O ESTADAO. **Picciani recebeu R\$ 49 milhões de empresários de ônibus diz denúncia do MPF.** Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,picciani-recebeu-r-49-milhoes-de-empresarios-de-onibus-diz-denuncia-do-mpf,70002111709>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

JB. **Após impeachment Senado tranforma pedaladas fiscais em lei.** Disponível em www.jb.com.br/pais/noticias/2016/09/02/apos-impeachment-senado-transforma-pedaladas-fiscais-em-lei/. Acesso em: 28 mai, 2018

Mídia Ninja. **O julgamento do mensalão: polarização política e a origem de haters políticos no twitter.** Disponível em <http://midianinja.org/fabiomalini/o-julgamento-do-mensalao-polarizacao-politica-e-a-origem-dos-haters-politicos-no-twitter/>. Acesso em: 01 jun, 2018.